

VERTENTE ABOLICIONISTA NO SECULO XIX: **Protestantes, sociedade abolicionista intelectual.**

OLIVEIRA, Wellington Douglas de.*

“E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará. Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres”. (**Evangelho de João** cap. 8 v. 32 - 36)
“Estais, pois, firmes na liberdade com que Cristo nos libertou, e não torneis a colocar-vos debaixo do jugo da escravidão”. (**Carta de Paulo aos Gálatas** cap. 5 v. 1)

Introdução

Um decreto de uma Princesa Regente do Império chega ao fim da escravidão no Brasil, treze de maio de 1888, o fim de um tortuoso caminho de mais de trezentos anos, a rota percorrida por escravos, senhores, livres, quilombolas, monarcas, políticos e intelectuais. Uma teia de discussões e projetos sobre a extinção da escravidão no território brasileiro é abordada ainda hoje, pois, o treze de maio não passa de um marco político para uma historia positivista para os livros didáticos manipulados pela elite político-econômica, do país. Em nosso trabalho estaremos atentos ao presbiterianismo especificamente. Há que se pontuar que este não é um trabalho simples nem fácil. Até por força das características de nosso estudo, visamos um grau de especificidade que pressupõe uma teia de relacionamentos entre o campo protestante presbiteriano e outros ramos protestantes. Não iremos abordar a teoria de Pierre Bourdieu, cujo analisa o protestantismo brasileiro como um campo de poder composto por funcionários, simbologia e desejo de supremacia no relacionamento com outros campos. Como sabemos, o campo protestante, religiosamente falando, concorria com o campo Católico, que mantinha hegemonia.

Nem ao longo do texto procurarei captar um novo modelo de vida, certo tipo de “disciplina” atuante sobre os corpos sob sua jurisdição, e, assim, interessado em ‘fabricar’ um determinado indivíduo. Segundo Michel Foucault, “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica especifica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. (FOUCAULT, 1991, p.153).

Trata-se do protestantismo de missão “abolicionista” e de imigração.

* Graduando no 4º do curso de Licenciatura de História da UFMS-CPTL

Dimensões

A onda da abolição já estava em movimento nas suas dimensões doutrinárias um discurso de argumentadores economicista, “com pouca rentabilidade e a natureza do trabalho degradante o que constituía um atraso para o progresso da humanidade”, coube a Adam Smith (1723-1790) ¹ no "A Riqueza das Nações", de 1776, ele escreveu que: "De acordo, pois, com a experiência de todos os séculos e nações, nos parece evidente que os trabalhos feitos por homens livres custam sempre mais baratos, no geral, do que aquele realizado por escravos" (MONTESQUIEU, 2005: p. 57), antes dos fisiocratas franceses, a doutrina surge no mundo cristão protestante, ainda no século XVII, na Inglaterra depois nos EUA, constituídas com um discurso humanitário centrado no apelo moral intuitivo oferecido por Deus a todos os homens, o combate à escravatura foi como uma missão evangélica uma forte institucionalização civil e de intervenção do poder religioso - político com sua metodologia de mobilização da sociedade.

O comércio negreiro continuou a ser feito pela Inglaterra ao longo do século seguinte. “Em 1790 a Inglaterra vendia 38 mil escravos por ano para as Américas. A França vendia 20 mil; a Holanda 4 mil e a Dinamarca, 2 mil. Por sua vez Portugal comercializava 10 mil”.² Dos números elevados, nota-se que a Inglaterra estava em primeiro lugar no ranking do comércio escravista, seguida de longe pela nação francesa. Após quase 300 anos como rainha do comércio negreiro, mudanças significativas na Inglaterra propiciaram a proibição do comércio de escravos. Coube à Grã-Bretanha, pátria das máquinas, das liberdades individuais e do capitalismo nascente, erguer por primeiro a bandeira do abolicionismo. Entre eles, liderando uma Revolução da Compaixão, projetou-se o incansável teólogo John Wesley (1703-1791) ³, foi o seu sermão intitulado “Reflexões sobre a Escravidão”, tratou-se de uma denúncia social na qual ele procurou refutar, ponto por ponto, todos os argumentos usados até então pelos defensores do sistema escravocrata.

“... e isso diz respeito igualmente a cada Mercador que está envolvido com o Tráfico de Escravos. É você que induz o vilão africano a vender seus conterrâneos e, em consequência disso, a roubar, assaltar, assassinar uma infinidade de homens, mulheres e crianças. Ao permitindo ao vilão inglês pagar para que ele aja desse modo, é sobre você que recai esse execrável trabalho. É do seu dinheiro que brota tudo... assim sendo qualquer coisa que o africano faça, decorre de atitudes suas. Como sua consciência se concilia com isso? Ela nunca o repreende? Teria o ouro cegado completamente seus olhos e endurecido o seu coração? Não pode ver nem sentir nenhum mal nisso?... Não tenha

¹ Teórico econômico-social e um dos maiores filósofos morais daquele século, tão pródigo em pensamentos inovadores, condenar a escravidão pelo viés da sua ineficiência e alto custo se comparada ao trabalho livre.

² www.pucsp.br/rever/rv1_2003/p_silva.pdf

³ John Wesley, o fundador do Metodismo.

mais nenhuma participação nesse negócio, o mais detestável. Largue-o imediatamente para os que não têm sentimento". Quem pode rir da natureza humana e da compaixão... Você é um ser humano? Não seja um lobo devorando as espécies humanas. (HEITZENRATER, 1989, p.45).

Em 1807 finalmente, após a batalha parlamentar que se estendeu por quase duas décadas, com a formação de um governo Whig (liberal), deram sustentação à demanda de Wilberforce (1759-1833)⁴, conseguiu dobrar a resistência da Casa dos Lordes depois de fazer um discurso denunciando a escravidão como "contrária aos princípios da justiça, humanidade e sã política". Sedo aprovada entre os Lordes por 41 votos contra 20 e na Casa dos Comuns por 114 a 15, tornando-se lei em 25 de março de 1807.

E dentro da cronologia histórica sobre a Extinção da Escravatura, todos os acontecimentos desde 1807, tiveram a participação das igrejas protestante, quer direta ou indiretamente, através de seus membros que ocupavam altos cargos, culminando no Brasil com a participação do Presbiteriano e Maçom Rodrigo Augusto da Silva, Ministro da Agricultura, que compareceu perante a Câmara, onde leu: *Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação: Venho em nome de sua Alteza e Princesa Imperial Regente, em nome de sua Majestade o Imperador, apresentar-vos a seguinte proposta: Art. 1º - É declarada extinta a escravidão no Brasil, Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrario. Palácio do Rio de Janeiro, em 8 de maio de 1888.*⁵

O projeto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado e no dia 13 de maio de 1888, foi convertido em Lei, tomando o nº. 3353, com a assinatura da Princesa Isabel, Regente, que daquele momento em diante passou a ser cognominada de a "Redentora", isto devido à ausência do Imperador, que viajava para a Europa. Outra importante participação foi do Presbiteriano Senador Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), advogado, sociólogo, podendo aqui acrescentar escritor, por ter varias publicações, com pseudônimo Ganganelli.⁶ E que foi homenageado pela Igreja Presbiteriana.

Um Prisma dos Protestantes Abolicionista no Brasil

Apesar da proibição e da violenta fiscalização britânica, o comércio proibido continuaria oficialmente até 1850, quando a Lei Eusébio de Queiroz suspendeu definitivamente o tráfico de escravos no Brasil, passando a considerar como crime à reincidência de sua prática. A notícia da supressão do tráfico negreiro no Brasil repercutiu em

⁴ Parlamentar inglês, protestante metodista.

⁵ Site <http://www.gobgo.org.br/cultural/2009/justica.html> consultado dia 16/09/2009

⁶ Site http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/senadores_biografia.asp?codparl=1865&li=22&lcab=1891-1893&lf=22 Consultado dia 16/09/2009

Londres como uma boa atitude que “preservava os preceitos da religião cristã”. A força do argumento do bastão e das pressões diplomáticas não foi suficiente para que o comércio proibido de escravos fosse banido. De fato, continuou a ser feito ao longo da costa brasileira. Interesses econômicos poderosos estavam em jogo e muitos comerciantes negreiros continuaram suas atividades mercantis, apesar dos riscos que corriam. Aqui podemos dizer num prisma economicista, pois os preços dos escravos passam a ser elevados, mas a abolição está bem mais além dessa visão, entra uma questão humanística.

Ao entrar no Brasil os grupos protestantes encontrarão uma religião oficial aqui já instalada há muito tempo. Era preciso fazer a diferença. Essa diferença estará sendo apresentada sobre tudo pela palavra escrita – imprensa. Que estará se esforçando por mostrar os católicos como responsáveis pelo atraso no Brasil e os protestantes como aqueles capazes de difundir o “progresso”.

Quando os missionários chegam ao Brasil, o país desfruta de um contexto social aberto às inovações da época, em certas áreas até progressista, e por que não dizer, liberal. O país conta com um número grande de centros urbanos, de acesso relativamente fácil através da nova rede ferroviária, e com um sistema de comunicações que garante aos missionários um contato mais estreito com as suas igrejas de origem e uma maior integração dos pontos missionários estabelecidos pelo país. É nesse contexto social que a fé trazida pelos protestantes vai encontrar solo fértil em meio a um grande segmento da população brasileira.

O conceito de abolição se acerou com a chegada dos protestantes no século XIX, em “Historia da Igreja Presbiteriana do Brasil I” de Julio Andrade Ferreira a um trecho do diário de Ashbel Green Simonton um norte americano o pioneiro da igreja presbiteriana, em sua chegada ao Brasil em 12 de agosto de 1859, às 9 horas e 30 minutos relatado em um trecho de seu diário, “Minha presença aqui e meus propósitos não podem ficar ocultos” (ANDRADE, 1992, p.16).

A Imprensa Evangélica

O norte americano Simonton mostrou seus propósitos claros na criação do jornal Imprensa Evangélica, o primeiro jornal evangélico da América, publicado em 26 de setembro de 1864, a primeira edição.

“Ontem de manhã Santos Neves de Quintano (sic) veio a minha casa receber os originais para o primeiro numero da Imprensa Evangélica, um Jornal semanário que resolvemos publicar. Sei da responsabilidade que implica este empreendimento, e a tenho sentido mais do que em qualquer outra ocasião. Pusemo-nos de joelhos e entregamos a Imprensa, e nós mesmos, a direção e ao controle divino. O caminho parece preparado e não temos outra coisa a fazer senão ir avante, ousadamente”. (ANDRADE, 1992, p.49)

O jornal durou quase 28 anos de existência, perdendo sua finalidade quando o objetivo foi conquistado a abolição. Barbosa em seu livro “Negro não entra na igreja: espia da banda de fora – protestantismo e escravidão no Brasil Império” oferece um quadro pertinente à participação dos protestantes no debate e ao posicionamento diante das leis que contemplavam a escravidão. Isso coloca elementos significativos à compreensão que tinham sobre o negro e a escravidão - sem esquecer a circulação entre os protestantes da noção de escravidão, haja vista que era compreendida como elemento fundamental para que os homens brancos exercitassem a grandeza da libertação. Além de pequenos jornais, com edições quinzenais ou mensais, Barbosa destaca os jornais "Imprensa Evangélica". O trabalho de Barbosa é uma contribuição à reflexão das negociações realizadas pelos protestantes, visíveis na imprensa, voltadas a diminuir a primazia da Igreja Católica e a assegurar aos grupos protestantes um lugar na sociedade brasileira.

“Portanto, a imprensa foi peça-chave na propaganda da defesa da democracia, do individualismo, do trabalho livre, da educação irrestrita, associando-os à nova religiosidade que seria o caminho para a construção de uma nação livre e moderna”. (BARBOSA, 2002, p.210).

Para Célia Azevedo em sua obra “Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil...” a autora salienta em apenas uma a visão economicista que os abolicionistas brasileiros diferentes dos norte-americanos, não pretendiam atender a vontade divina, mas estabelecer uma ordem social de acordo com os grupos dominantes “a escravidão era atacada por ser improdutiva, atrasada, um crime contra a sociedade, uma negação dos direitos naturais, um mal enfim, mas dificilmente um abolicionista brasileiro pensaria em definir os senhores de escravos como pecadores” (AZEVEDO, 1987 p.48-49). Azevedo vai contra tudo o que Rui Barbosa, diz sobre a escravidão sobre o prisma religioso, com relação ao pecado veja, em seu artigo publicado na revista Povo Negro da USP em 1996.

Ruy Barbosa imprime uma moldura religiosa, o pecado da escravidão à luz da verdade divina para captar a atenção das mulheres de elite da Bahia, seu estado natal e um dos mais importantes estados escravistas na década de 1870. “Sabeis a narrativa evangélica de Lazaro e Jesus. Pela caridade, pela origem commum, pelo commum destino, sois, como Maria, irmãs dos que em vida ahi jazem na sepultura da escravidão” Entretanto, Barbosa não convidou seu público feminino a concluir que as mulheres estariam cometendo um pecado extremamente grave por escravizar seus irmãos e irmãs, os escravos. Em contraste com os abolicionistas americanos que reconheciam o pecado da escravidão à luz da verdade divina da igualdade de todos os seres humanos. (R E V I S T A U S P, 1996 p. 100)⁷.

⁷ Artigo publicado na revista Povo Negro da USP, 1996 por AZEVEDO, Célia Maria Marinho, *Irmão ou inimigo: o escravo no Imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil* Revista USP, São Paulo (28): 1996 p. 96-109.

Conforme, MOTTA, Márcia Maria M. “Nas Fronteiras do Poder: Conflito e direito a terra no Brasil ao séc. XIX”, a autora traz uma forma inovadora de análise das fontes afirmando que o trabalho do pesquisador é ter interrogações até na prioridade da fonte no *como, porque, pra quem*, é o que podemos analisar na revista *Imprensa Evangélica*, publicada pela Igreja Presbiteriana em 05/11/1864 p.1 o interesse dos protestantes já estavam bem discriminados o seu objetivo comum, nas entrelinhas, para toda a sociedade, eram cartas direcionadas a todos cujo evangelho de Jesus Cristo ainda não provocara a liberdade, Simonton estava se referindo aos escravos.

Com o progresso de nossa Igreja, iremos dando à nossa folha o desenvolvimento que lhe convém, por publicações variadas, que sem se afastarem de seu principal objetivo, lhe procurarão o atrativo da novidade nas formas. Este trabalho, não tendo em vistas senão os interesses exclusivamente religiosos da sociedade em geral, como particular do indivíduo, estranho a toda e qualquer ingerência em política, a todos são consagrado; porém com muita particularidade o dedicamos àqueles para quem a religião de Jesus Cristo ainda não se tornou coisa indiferente, e, no meio da perversão universal e seus princípios divinos, não trairão ainda o dom mais precioso de Deus – a liberdade de consciência perante o Evangelho (O Protestantismo e a Palavra Impressa no Brasil (09/09/08 p. 47).⁸ (grifos meu, copia em anexo)).

Em um Vulto Presbiteriano (XIII), publicado pelo Rev. Alderi Souza de Matos em 11 de agosto de 1999, o qual há uma copia em anexo 1º, conta uma breve historia do Reverendo Eduardo Carlos Pereira, uma peça fundamental na luta abolicionista, fundador da Igreja Presbiteriana Independente em 31 de julho de 1903, sua jornada registrada contra a escravidão, foi publicada em 1886 um artigo com os temas, “Uma Cena da Escravidão”, “A religião cristã em suas relações com a escravidão” e em 31 de janeiro de 1887 lança a Revista das Missões Nacionais, cujo é o redator da mesma. Os momentos finais do século XIX corresponderiam segundo Sodré⁹ ao período de formação da grande imprensa nacional, ou seja, da transformação de jornais que passavam de experiências individuais para grandes empresas, o jornal foi percebido como um meio poderoso para divulgar o protestantismo. Esses não se constituíram em grandes empresas, mas essa estratégia foi mantida. O interesse dos jornais é de alguma forma torná-los conhecido do público, assim como suas ideologias.

Oh! Maldita instituição, que desperta no homem o instinto de fera... “É mister que a imprensa clame e não cesse que levante a trombeta a sua voz e denuncie ao povo a monstruosidade desse pecado nacional. É mister que diga aos senhores de escravos com franqueza o quanto há de ofensivo as leis de Deus e da humanidade...” Por que, então, a reserva e o silêncio medroso ante um crime tão grave? ... O silencio do púlpito não é prudência, é infidelidade. (15 e 3 de abril de 1886). (RIBEIRO, 1981, p.100).

⁸ O Protestantismo e a Palavra Impressa no Brasil 09/09/08 p. 47 retirado do site http://www.mackenzie.br/publicacoes_est0.html

⁹ SODRÉ, Nelson Werneck, História da imprensa no Brasil, 2a ed., Rio de Janeiro: Graal, 1978.

De acordo com BOANERGES (1981)¹⁰ “Protestantismo e Cultura brasileira”, o Rev. Eduardo Carlos Pereira em sua serie de artigos se levanta contra o pecado nacional, e o silêncio da igreja “católica” contra tais crimes, inaceitáveis diante da lei de Deus. Contrapondo aqui a visão errônea de Elisete da Silva em seu artigo, “Visões protestantes sobre a Escravidão”, publicado em 1996 no CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS – CEA, cuja autora alega que protestantes da denominação Batista ficaram favorável com a escravidão como a igreja católica era favorável.

No Brasil, os batistas tiveram duas atitudes frente à escravidão: os primeiros colonos batistas eram favoráveis e foram proprietários de escravos. Os missionários e os batistas brasileiros em geral, após a abolição, em 1888, condenaram o escravismo como incompatível com a fé cristã. Atitudes contraditórias que demonstram as dificuldades que tinham para tratar do assunto. (SILVA, 1996, p.10).

Uma erosão da fé e prática católica que dura por quase todo o século, quando os missionários presbiterianos chegam à metade do século, a Igreja Católica já se encontra bastante enfraquecida. Quando os batistas chegam, trinta anos depois, o Catolicismo brasileiro está enfraquecido. Os missionários se aproveitam dessa fraqueza da Igreja Católica para expandir as suas igrejas para eles os brasileiros não são católicos por convicção, mas sim por tradição. Segundo Sergio Buarque de Holanda o Estado e o Padroado que enfraqueceu a igreja católica:

“O Padroado enfraquece a Igreja Católica durante a maior parte do século XIX, controlada pelo governo, a Igreja se vê incapaz de manter até mesmo as suas funções mais básicas, como a formação e sustentação de um corpo de clérigos competente, e a catequese eficaz que garanta a pureza ortodoxa e doutrinária no país” (DE HOLANDA, 1969, p. 56).

Sociedades abolicionistas

Neste ponto queremos apontar as sociedades abolicionistas o que seria uma hipocrisia não cita-las os quais sugeriram com varias ideologias, trazendo um pânico à população essa seria a forma de explicar os relatos de violência.

A campanha abolicionista comportou divergências e diferenças de atuação entre moderados e radicais. Embora alguns abolicionistas fossem a favor do trabalho assalariado, temiam que a libertação dos escravos pusesse em risco a vida do restante da sociedade. Aqui abro um parêntese esse medo era de que poderia acontecer o que aconteceu na França, com o crescimento populacional o surgimento dos marginalizados.

¹⁰ Ribeiro, Boanerges. Protestantismo e Cultura brasileira, São Paulo: Ed. Presbiteriana, 1981.

Assim, os chamados moderados defendiam na imprensa e nas tribunas que a libertação fosse feita em etapas. Um deles era o deputado monarquista Joaquim Nabuco, que pregava a abolição por meios pacíficos e legais. Em 1880, no Rio de Janeiro, Joaquim Nabuco fundou com José do Patrocínio, jornalista e escritor de origem negra, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, que estimulava a criação de associações similares por todo o país. Os abolicionistas mais radicais como Luís Gama, ex-escravo, jornalista e advogado, atuou na imprensa e em campanhas de alforria de africanos que entraram no país através do tráfico clandestino e que, portanto, foram escravizados ilegalmente.

A corrente radical apoiava as rebeliões e fugas de escravos das fazendas, cada vez mais freqüentes. As idéias abolicionistas conquistaram adeptos nas grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife, e a escravidão era apontada nos meios acadêmicos e militares como a causa do atraso econômico do país, tenhamos como forma estratégica para ganhar a aceitação dos senhores; podemos até pontuar os discursos raciais.

Contudo, a igreja protestante fez parte dessa sociedade abolicionista, assim como os caifazes, os cometas, os quilombos organizados, “os abolicionistas são vistos ora como heróis, hora como malfeitores” (MACHADO, 1994, p.146), malfeitores por agirem com violência, trazendo a liberdade através da luta armada, os heróis agiam com mais intelectualidade, por serem letrados, advogados e oficiais de justiça defenderam cativos gratuitamente, conseguindo a libertação de inúmeros escravos, uma visão thompsoniana.

Se os escravos eram defendidos gratuitamente, conjecturamos como poderia ser apenas uma questão econômica, destarte não devemos tapar nosso olhar para as outras hipóteses, como Machado afirma:

“De trajetória complexa e encoberta, grande parte dos envolvimento abolicionistas ainda permanecem obscuros, longe dos relatos oficiais, e em meio às comemorações da vitória, ainda se ouvem o coro dos descontentes”. (MACHADO, 1994, p.166).

Podemos afirmar que a igreja protestante estava enquadrada nessa esfera social, e classificada entre os heróis, por serem aplicadas a educação, e seus seguidores letrados, pois as igrejas protestantes chegaram ao país com ideal norte americano, o que entendemos merecer destaque, se refere à seguinte dimensão: Ao citar ao estudo da educação protestante no Brasil, é necessário, senão fundamental, que nos perguntemos: De qual protestantismo estamos falando? É, portanto, uma abordagem ampla, que pretende compreender os diversos grupos protestantes, que se introduziram no Brasil, como os metodistas, batistas, luteranos, entre outros.

Diante do problema, nosso interesse em delimitar o campo de estudo não recai exclusivamente no estudo do protestantismo de missão pelo presbiterianismo, mas o geral. Por mais que pareça instigante uma abordagem mais ampla, entendemos que a tarefa gera grandes possibilidades de divagações na pesquisa, proporcionando com isto riscos, que pretendemos evitar, há não abordagem no momento.

Considerações parciais

O protestantismo no Brasil tem um longo e glorioso passado na luta pela liberdade dos negros. Esses registros têm sido deliberadamente ofuscados e distorcidos e ignorados, pelos pesquisadores, em suas fileiras surgiu gerações de líderes, totalmente dedicado e inteiramente compromissado a fazer de tudo para a liberdade, sem medir sacrifício pessoal, a existência do protestantismo ajudou a dar sentido as marchas imigratórias, este trabalho apenas apontou alguns caminhos para uma pesquisa maior sobre a imprensa evangélica, enfocando principalmente a questão da escravidão. Dentro desta perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo geral contribuir para o estudo dos protestantes históricos no Brasil, na medida em que as bibliografias sobre este tema são escassas, e as que existem escritas por educadores, sociólogos, pastores, muitos com uma escrita mais narrativa do que problematizada. Cabe ao pesquisador dissipar o silêncio das fontes, cuja, são riquíssimas esperando por tais problemáticas.

Esse silêncio principalmente da parte dos historiadores tem permitido que representações errôneas façam parte do senso comum. Fica, portanto aos historiadores a oportunidade e o convite para voltar ao passado protestante brasileiro em busca de outros problemas, de outras janelas, portas, brechas e rupturas na história.

Anexos

Anexo 01 Vulto Presbiteriano de 1999 retirado do site http://www.mackenzie.br/publicacoes_est0.htm acessado dia 21/08/2009

Mitras Presbiterianos (XII)

Rev. Eduardo Carlos Peretra

Fundador da Igreja Presbiteriana Independente

Eduardo Carlos Peretra nasceu em Cidades, Minas Gerais, em 1855. Entre 1870 e 1873, estudou no Colégio Ipiranga, em Araraquara, e acompanhou essa escola, já como professor, quando a mesma transferiu-se para Campinas e para São Paulo. Em Campinas, foi influenciado pelo Rev. George N. Morton, o diretor do Colégio Internacional, que recomendou-o ao seu amigo George W. Chamberlain, o pastor da Igreja Presbiteriana de São Paulo. Foi recebido por profusão de fé nessa igreja em 7 de março de 1875, matriculou-se na Academia de Direito, e em março de 1877 passou a lecionar na Escola Americana.

Chamberlain convenceu-o a abandonar o estudo do Direito em favor do ministério pastoral. Eduardo estudou teologia por quatro anos com o seu próprio mentor e com o Rev. John Beatty Howell. Em 17 de julho de 1880, casou-se com uma colega de magistério na Escola Americana, Luiza Luiper, nascida em Genebra. O casal teve dois filhos – Carlos, nascido em 1881, que estudou Direito e residiu por muito tempo em Anápolis, Goiás, onde prestou grandes serviços à causa evangélica; e Leonor, nascida em 1893, que veio a casar-se com o Dr. Charles Stewart, um dos presidentes do Mackenzie.

Licenciado pelo Presbitério do Rio de Janeiro em 1º de setembro de 1880, foi-lhe designado o campo de Lorena, Cruzeiro e cidades vizinhas. Sua ordenação deu-se em São Paulo no dia 2 de setembro de 1881, continuando ele por algum tempo no mesmo campo. Em janeiro de 1883 mudou-se para Campinas, no sul de Minas, onde permaneceu por quase seis anos. Nesse mesmo ano, Eduardo liderou a criação da Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos, que começou a funcionar em 1884 em São Paulo e publicou dezenas de opúsculos até 1897.

Abolicionista convicto, Eduardo publicou em 1886 um estudo intitulado “A religião cristã em suas relações com a escravidão.” No mesmo ano, seu desejo de maior autonomia para a Igreja Presbiteriana levou-o a propor o “Plano de Missões Nacionais,” que foi aprovado pelo presbitério. O plano visava despertar nas igrejas o senso de responsabilidade pela evangelização através do sustento de obreiros nacionais. No dia 31 de janeiro de 1887, foi lançada a *Revista dos Missionários Nacionais*, tendo Eduardo como redator. Foi o órgão das finanças do presbiterianismo e durou mais de trinta anos.

No dia 22 de agosto de 1888, Eduardo foi eleito o primeiro pastor nacional da comunidade de que era filho, a Igreja Presbiteriana de São Paulo. Por proposta do Dr. Horace M. Lane, sua eleição foi considerada unânime. Ali Eduardo exerceu o restante do seu ministério, por 34 anos. Poucos dias após sua eleição, participou da criação do Sinodo, onde apresentou uma proposta em favor da cooperação evangélica. Em 1891, Eduardo foi eleito o primeiro professor nacional do recém-criado Seminário Presbiteriano.

Continuando com o seu projeto para a Igreja, Eduardo e alguns colegas lançaram no final de 1892 o “Plano de Ação,” que resultou na criação do Instituto Teológico e do jornal *O Estivador*. Infelizmente, por esse tempo começaram a surgir dificuldades crescentes entre o Rev. Eduardo e os líderes do Mackenzie, especialmente os Drs. Horace M. Lane e William A. Waddell. Questões pessoais, além de divergências quanto ao papel dos missionários e da educação, aumentaram a distância entre o Rev. Eduardo e muitos dos seus colegas americanos e brasileiros, especialmente a partir de 1897. A situação tornou-se insustentável com o surgimento da “questão maçônica,” que teve seu triste desfecho na reunião do Sinodo em 31 de julho de 1903, quando o Rev. Eduardo Carlos Peretra e seus companheiros deixaram a IPB para formar a Igreja Presbiteriana Independente.

Após um período inicial de ressentimentos em ambas as partes, o Rev. Eduardo voltou a ter relações amistosas com muitos dos seus antigos colegas da IPB. Em 1916, participou com os Revs. Samuel Gammon, Álvaro Reis e Erasmo Braga do célebre Congresso de Ação Cristã na América Latina, no Panamá. Em resposta às teses do congresso, publicou em 1920 o livro *O Problema Religioso da América Latina*. Envolveu-se em vários projetos cooperativos interdenominacionais. Em agosto de 1921, sua esposa, D. Luiza Peretra de Magalhães, veio a falecer. No mesmo ano, o Rev. Eduardo publicou o seu *Relatório Histórico*, um retrospecto das lutas eclesiais em que temeu parte destacada ao longo do anos. Sua morte ocorreu no dia 2 de março de 1923.

A outra vocação de Eduardo Carlos Peretra foi o magistério, que exerceu durante toda a sua vida, desde a época do Colégio Ipiranga, passando pela Escola Americana, o Instituto Teológico, o Seminário Presbiteriano e outras instituições. Em 1895, tornou-se professor de português no recém-criado Ginásio do Estado. Escreveu sua famosa série de gramáticas para os cursos médio e superior. Colaborou com periódicos como *O Estado de São Paulo*, *O Correio Paulistano* e *Revista da Língua Portuguesa*.

Rev. Alderi Souza de Matos
11 de agosto de 1999

Referências:

AZEVEDO, Célia Maria Marinho, **Irmão ou inimigo: o escravo no Imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil** Revista USP, São Paulo (28): 1996 p. 96-109.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho, **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma historia comparada (séc XIX)** São Paulo: Annablume, 2003.

BARBOSA, Jose Carlos “**Negro não entra na igreja: espia da banda de fora**” – **protestantismo e escravidão no Brasil Piracicaba**: Editora UNIMEP, 2002.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1969.

HEITZENRATER, Richard P. – **Wesley e o povo chamado metodista**. São Bernardo do Campo. Editora da FTIM, 1989.

MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**; Rio Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e Cultura brasileira**, São Paulo: Ed. Presbiteriana, 1981.

SILVA, Elisete, artigo “**Visões protestantes sobre a Escravidão**” publicada em 1996.

SMITH, Adam – **Teoria dos Valores Morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

www.pucsp.br/rever/rv1_2003/p_silva.pdf acessado dia 12/07/2009

<http://educaterra.terra.com.br/> acessado dia 16/07/2009

http://www.mackenzie.br/publicacoes_est0.htm acessado dia 21/08/2009.

<http://www.gobgo.org.br/cultural/2009/justica.html> consultado dia 16/09/2009

http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/senadores_biografia.asp?codparl=1865&li=22&lcab=1891-1893&lf=22 Consultado dia 16/09/2009